

A REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA E O SISTEMA MUNDIAL¹

Immanuel WALLERSTEIN

Tradução: José Flávio BERTERO²

Ana Maria de Oliveira ROSA E SILVA³

Celebramos o XX Congresso da ALAS (Associação Latino-Americana de Sociologia) e discutimos as perspectivas da reconstrução da América Latina e do Caribe. Não é um tema novo. Discute-se a América Latina desde 1945, se não desde o século XVIII. O que podemos dizer agora, que seja diferente do que já foi dito? Creio que nos encontramos num momento de bifurcação fundamental no desenvolvimento do sistema mundial. Penso que, não obstante, o discutimos como se se tratasse de uma transição ordinária no leito de uma evolução quase predestinada. O que devemos fazer é “não pensar” não só o desenvolvimento neoclássico tradicional, senão também o desenvolvimento dos seus críticos de esquerda, cujas teses ressurgem regularmente apesar de todos os seus rechaços, mas que na realidade comportam a mesma epistemologia.

Vou elaborar duas teses principais nesta exposição. Tese número 1: É absolutamente impossível que a América Latina se desenvolva, não importa quais sejam as políticas governamentais, porque o que se desenvolve não são os países. O que se desenvolve é unicamente a economia mundial capitalista e esta economia é de natureza polarizadora. Tese número 2: A economia mundial capitalista se desen-

1 Traduzido de WALLERSTEIN, I. La restructuración capitalista y el sistema-mundo. In: ELÍZAGA, R. S. (Coord.) *América Latina y el Caribe: perspectivas de su reconstrucción*. México: Asociación Latino Americana de Sociología, 1996. p. 69-85.

2 Departamento de Sociologia - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - 14800-901 - Araraquara - SP.

3 Mestre em Sociologia - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - 14800-901 - Araraquara - SP.

volve com tanto êxito que está se destruindo, pondo-nos diante de uma bifurcação histórica que assinala a desintegração desse sistema mundial, sem que nos ofereça nenhuma garantia de melhoramento de nossa existência social. Apesar de tudo, penso que lhes trago uma mensagem de esperança. Vejamos.

Começemos pela tese número 1. As forças dominantes do sistema mundial têm sustentado, desde pelo menos o início do século XIX, que o desenvolvimento econômico foi um processo muito natural, que tudo o que se requer para realizá-lo é liberar as forças de produção e permitir aos elementos capitalistas crescer rapidamente, sem impedimentos. Evidentemente, também foi fundamental a vontade. Quando o Estado francês começava a reconstruir a vida econômica de suas colônias em princípios do século XX, chamava-se essa política de "*la mise en valeur des territoires*" ["a valorização dos territórios"]. Isso diz tudo. Antes os territórios não valiam nada, e logo (com o desenvolvimento imposto pelos franceses) valem algo.

Desde 1945, a situação geopolítica mudaria fundamentalmente com o alcance político do mundo não-"europeu" ou não-ocidental. Politicamente, o mundo não-ocidental se dividiria em dois setores, o bloco comunista (dito socialista) e o outro denominado Terceiro Mundo. Do ponto de vista do Ocidente, e, evidentemente, sobretudo dos Estados Unidos, o bloco comunista foi deixado à sua própria sorte, para que sobrevivesse economicamente como pudesse. E esse bloco elegeu um programa estatal de industrialização rápida com o objetivo de "superar" o Ocidente. Kruchov prometia "enterrar" os Estados Unidos no ano 2000.

A situação no Terceiro Mundo foi muito diferente. Nos primeiros anos depois de 1945, os Estados Unidos concentraram todos os seus esforços em ajudar a Europa Ocidental e o Japão a "reconstruírem-se". No princípio, ignoraram largamente o Terceiro Mundo, com a exceção parcial da América Latina, campo de preferência para os Estados Unidos desde muito tempo. O que pregavam os Estados Unidos na América Latina era a tradicional canção neoclássica: abrir as fronteiras econômicas, permitir a inversão estrangeira, criar a infra-estrutura necessária para fomentar o desenvolvimento, centrar-se nas atividades para as quais esses países têm uma "vantagem corporativa". Uma nova bibliografia científica começava a aparecer nos Estados Unidos a respeito do "problema" do desenvolvimento dos países sub-desenvolvidos.

Os intelectuais da América Latina foram bastante recalcitrantes a esta prédica. Reagiram muito ferozmente. A primeira reação importante foi da nova instituição internacional, a Cepal (Comissão Econômica

para a América Latina), presidida por Raul Prebisch, cuja criação mesma foi contestada energicamente pelo governo norte-americano. A Cepal negava os benefícios de uma política econômica de fronteiras abertas e afirmava contra isso um papel regulador dos governos, a fim de reestruturar as economias nacionais. A recomendação principal foi a de promover a substituição de importações pela proteção de indústrias nascentes, uma política amplamente adotada. Quando resumimos as ações sugeridas pela Cepal, vemos que o essencial foi que, se o Estado seguisse uma política sábia, poderia assegurar o desenvolvimento nacional e, em consequência, um aumento sério no produto nacional bruto *per capita*.

Até certo ponto, as recomendações da Cepal foram seguidas pelos governos latino-americanos e, efetivamente, houve uma melhoria econômica, embora limitada, nos anos 50 e 60. Sabemos agora que esta melhoria não perdurou e foi, em primeiro lugar, consequência da tendência geral das atividades econômicas no âmbito mundial num período Kondratieff-A. Em todo caso, a melhoria da situação média da América Latina parecia insignificante para a maioria dos intelectuais latino-americanos que decidiram radicalizar a linguagem da Cepal. Chegamos à época dos dependentistas, primeira versão (entre outros Dos Santos, Marini, Caputo, Cardoso dos anos 60, e Frank, o mesmo que Amim fora da América Latina).

Os dependentistas pensavam que tanto as análises como os remédios preconizados pela Cepal eram muito tímidos. Por um lado, pensavam que, para se desenvolver, os governos dos países periféricos deveriam ir muito além de uma simples substituição de importações; deveriam, nas palavras de Amim, desconectar-se definitivamente da economia mundial capitalista (segundo, implicitamente, o modelo dos países comunistas).

Por outro lado, as análises dos dependentistas foram muito mais políticas. Incorporaram em seus pensamentos as situações políticas presentes em cada país e no sistema mundial. Consideravam, em consequência, as alianças existentes e potenciais e, enfim, os obstáculos efetivos a uma reestruturação econômica. Por suposto, aceitavam que o papel das sociedades transnacionais, dos governos ocidentais, do FMI, do Banco Mundial e todos os outros esforços imperialistas eram negativos e nefastos. Porém, ao mesmo tempo, e com uma paixão igual, se não mais vigorosa, atacavam os partidos comunistas latino-americanos e por trás deles a União Soviética. Diziam que a política advogada por esses partidos – uma aliança entre os partidos socialistas e os elementos progressistas da burguesia – equivalia, no final das contas, às reco-

mendações dos imperialistas, de um reforço do papel político e social das classes médias, e uma política tal que não podia lograr uma revolução popular. Em suma, isso não era nem revolucionário nem eficaz, se o objetivo era uma transformação social profunda.

Os dependentistas escreviam num momento de euforia da esquerda mundial: a época de Che e do foquismo, da revolução mundial de 1968, da vitória dos vietnamitas, de um maoísmo furioso que se expandia rapidamente ao largo do mundo. Mas o Oriente já não era tão vermelho como se proclamava. Tudo isso não levava em consideração os começos de uma fase Kondratieff-B. Ou melhor dito, a esquerda latino-americana e mundial pensava que o efeito de um estancamento da economia mundial afetaria em primeiro lugar as instituições políticas e econômicas que sustentavam o sistema capitalista. Na realidade, o efeito mais imediato foi sobre os governos chamados revolucionários no Terceiro Mundo e no bloco comunista. Desde os anos 70, todos esses governos encontravam-se em dificuldades econômicas e orçamentárias enormes que não podiam resolver, nem mesmo parcialmente, sem comprometer suas políticas estatais tão divulgadas e suas retóricas tão acariciadas. Começava a retirada generalizada.

Na esfera intelectual foi introduzido o tema do desenvolvimento dependente (Cardoso dos anos 70 e outros). Quer dizer, com um pouco de paciência, companheiros; um pouco de sabedoria na manipulação do sistema existente, e poderemos achar algumas possibilidades intermediárias, que são pelo menos um passo na direção certa. O mundo científico e periodístico iniciava o conceito dos NIC (*New Industrial Countries*). E os NIC eram propostos como modelos a imitar.

Com o estancamento mundial, a derrota dos guevaristas e a retirada dos intelectuais latino-americanos, os poderosos não necessitavam mais das ditaduras militares, não muito mais, em todo caso, para conter os entusiasmos esquerdistas. Viva! Vem a democratização! Sem dúvida, viver num país de pós-ditadura militar era imensamente mais agradável do que viver nos cárceres ou no exílio. Todavia, visto com mais cuidado, os "vivas" para a democratização parcial (incluindo as anistias para os condenados) vinham com os ajustes ao FMI e a necessidade para os pobres de apertar os cintos ainda mais.

E devemos notar que, se nos anos 70, a lista dos NIC principais incluía normalmente o México e o Brasil, ao lado da Coréia e de Taiwan, nos anos 80 México e Brasil desapareciam dessas listas, deixando só os quatro dragões da Ásia Oriental.

Depois vem o choque da queda dos comunismos. A retirada dos anos 70 e 80 passou a ser fuga desordenada dos anos 90. Grande parte

dos esquerdistas de ontem convertia-se em arautos do mercado, e os que não seguiram este caminho buscavam ansiosamente outros caminhos. Refutavam, sem dúvida, os *senderos luminosos*, porém não queriam renunciar à possibilidade de alguma, qualquer luminosidade.

Para não desmoronar diante do júbilo de uma direita mundial necessitada, que se felicita da confusão das forças populares em todas as partes, devemos analisar com olhos novos, ou pelo menos novamente abertos, a história do sistema mundial capitalista dos recém-passados séculos. Qual é o problema principal dos capitalistas num sistema capitalista? A resposta é clara: individualmente, otimizar seus lucros e, coletivamente, assegurar a acumulação contínua e incessante. Há certas contradições entre esses dois objetivos, o individual e o coletivo, mas não vou discutir isso aqui. Vou limitar-me ao objetivo coletivo. Como fazê-lo? É menos óbvio do que se pensa a miúdo. Os lucros são a diferença entre receitas para produtores e os custos de produção. Evidentemente, se se amplia o fosso entre os dois, aumentam os lucros. Logo, se se reduzem os custos, aumentam os lucros? É o que parece, com a condição de que não afete a quantidade de vendas. Mas, sem dúvida, se se reduzem os custos, é possível que se reduzam as receitas dos compradores potenciais. De outra forma, se se aumentam os preços de venda, aumentam os lucros? É o que parece, com a condição de que não afete a quantidade de vendas. Porém, se se aumentam os preços, os compradores potenciais podem buscar outros vendedores menos careiros, se é que existem. Claro que as decisões são delicadas!

Não são, ademais, os únicos dilemas. Há duas variedades principais de custos para os capitalistas: os custos da força de trabalho (incluindo-se a força de trabalho para todos os insumos) e os custos de transações. Mas o que reduz os custos da força de trabalho poderia acrescentar os custos das transações e vice-versa. Fundamentalmente, é uma questão de colocação. Para minimizar os custos das transações, é mister concentrar as atividades geograficamente, isto é, em zonas de altos custos da força de trabalho. Para reduzir os custos da força de trabalho, é útil dispersar as atividades produtivas, só que isso, inevitavelmente, afeta de modo negativo os custos das transações. Portanto, há pelo menos quinhentos anos, os capitalistas deslocam seus centros de decisão de cá para lá, a cada 25 anos mais ou menos, em correlação essencial com os ciclos Kondratieff. Nas fases A, primam os custos das transações e há centralização, e na fase B primam os custos da força de trabalho e há fuga de fábricas.

O problema complica-se ainda mais. Não é suficiente obter lucros. Deve-se fazer o possível para guardá-los. Proteção contra quem e con-

tra o quê? Contra os bandidos, por suposto. Porém, também, e sem dúvida mais importante, contra os governos. Não é tão óbvio como proteger-se contra os governos, se se é capitalista de um nível um pouco interessante, porque necessariamente um tal capitalista trata com vários governos. Poderia defender-se contra um governo débil (onde encontra-se força de trabalho barata), pela renda (coletiva, quer dizer, os impostos; e individual, quer dizer, o suborno), ou por forte influência dos governos centrais sobre os governos débeis, desde que os capitalistas paguem outra renda por ela. Isso significa que, a fim de reduzir a renda periférica, devem pagar uma renda central. Para proteger-se contra o roubo dos governos, estes devem sustentar-se financeiramente.

Finalmente, para haver maiores lucros e não menores, os capitalistas necessitam de monopólios, pelo menos de monopólios relativos, de monopólios em certos rincões da vida econômica, por algumas décadas. E como obter monopólios? É claro que toda monopolização exige um papel fundamental dos governos, seja legislando ou decretando, seja impedindo a outros governos de legislar ou decretar. Por outro lado, os capitalistas devem criar canais que favoreçam tais monopólios, e para isso necessitam do apoio dos criadores e mantenedores de padrões culturais. Tudo isto resulta em certos adicionais para os capitalistas.

Apesar de tudo (ou talvez por causa de tudo isso), é possível ganhar magnificamente, como se pode ver estudando a história do sistema mundial capitalista desde seus princípios. Não obstante, no século XIX aparecia uma ameaça a essa estruturação, que podia fazer cair o sistema. Com uma centralização de produção aumentada emergia a ameaça das "classes perigosas", sobretudo na Europa Ocidental e na primeira metade do século XIX. Na linguagem da antiguidade, que foi introduzida em nossa armadura intelectual pela Revolução Francesa, falamos do problema do proletariado.

Os proletários da Europa Ocidental começaram a ser militantes na primeira metade do século XIX e a reação inicial dos governos foi reprimi-los. Nessa época, o mundo político dividia-se entre conservadores e liberais, entre os que renegavam por completo os valores da Revolução Francesa e os que tratavam, no seio de um ambiente hostil, de recuperar sua força para continuar a construção de um Estado constitucional, laico e reformista. Os intelectuais de esquerda, denominados democratas ou republicanos, ou radicais, ou jacobinos, ou algumas vezes socialistas, não eram mais que um pequeno bando.

Foi a revolução "mundial" de 1848 que serviu como choque para as estruturas do sistema mundial. Mostrou duas coisas. A classe ope-

rária era verdadeiramente perigosa e podia desbaratar o funcionamento do sistema. Em consequência, não era sábio ignorar todas as suas reivindicações. Por outro lado, a classe operária não era suficientemente forte para derrubar o sistema com sublevação quase espontânea. Ou seja, o programa dos reacionários foi autodestruitor, mas também o era o programa dos partidários de conspirações esquerdistas. A conclusão à direita e à esquerda foi fundamentalmente centrista. Dizia-se que a direita sem dúvida deveria fazer algumas concessões diante das reclamações populares. Bem como dizia-se que a esquerda nascente deveria organizar-se para uma luta política longa e difícil, a fim de chegar ao poder. Entravam em cena o conservadorismo moderno e o socialismo científico. Sejam claros: o conservadorismo moderno e o socialismo científico são ou chegaram a ser duas alas, dois avatares do liberalismo reformista, intelectualmente já triunfante.

A construção do Estado liberal "europeu" (europeu no sentido amplo) foi o fato político principal do século XIX e a contrapartida fundamental da já consumada conquista europeia do mundo inteiro, baseada no racismo teorizado. Chamo a isto de institucionalização da ideologia liberal, como geocultura da economia mundial capitalista. O programa liberal para os Estados do centro, Estados nos quais a ameaça das classes perigosas aparecia como iminente, mormente no período 1848-1914, foi triplo. Primeiro, dar progressivamente a todo o mundo o sufrágio. A lógica era que o voto satisfaria o desejo de participação, criando para os pobres um sentido de pertencimento à "sociedade" e, dessa maneira, não exigiriam muito mais. Segundo, aumentar progressivamente as rendas reais das classes inferiores mediante o bem-estar social. A lógica era a de que os pobres estariam tão contentes de viver na indigência que aceitariam permanecer mais pobres que as classes superiores. Os custos dessas transferências de mais-valia seriam menores que os custos de insurreições, e em todo caso seriam pagos pelo Terceiro Mundo. E terceiro, criar a identidade nacional e também transnacional branco-europeia. A lógica era a de que as lutas de classe seriam substituídas pelas lutas nacionais e globais raciais, e dessa forma as classes perigosas dos países do centro colocar-se-iam do mesmo lado que suas elites.

Devemos reconhecer que esse programa liberal teve um êxito enorme. O Estado liberal logrou domar as classes perigosas no centro, isto é, dos proletários urbanos (inclusive no caso em que estes estavam bem organizados, sindicalizados e politizados). O célebre consentimento destes às políticas nacionais de guerra em 1914 é a mais evidente prova do fim da ameaça interna para as classes dominantes.

Não obstante, no momento mesmo em que resolviam esse problema, para os poderosos surgia outra ameaça de outras classes perigosas: as classes populares do Terceiro Mundo. A revolução mexicana de 1910 foi um sinal importante, porém seguramente não a única. Pensemos nas revoluções no Afeganistão, na Pérsia e na China. E pensemos na revolução de liberação nacional russa, que foi fundamentalmente uma revolução por pão, terra, mas antes de tudo pela paz, ou seja, com o fito de não seguir uma política nacional que servia sobretudo aos interesses das grandes potências do Ocidente.

Poder-se-ia dizer que todas essas revoluções, incluindo-se a mexicana, foram ambíguas? Certo, todavia não existem revoluções não ambíguas. Dir-se-ia que todas elas, incluindo-se a mexicana, foram finalmente recuperadas? Certo, entretanto não existem revoluções nacionais que não foram recuperadas no seio desse sistema mundial capitalista. Não é esta a questão interessante.

Do ponto de vista dos poderosos do mundo, a possível sublevação global dos países periféricos e descuidados constituía uma grave ameaça para a estabilidade do sistema, pelo menos tão grave quanto a possível sublevação européia do proletariado. Tinham que tomar ciência disso e decidir como fazer-lhe frente. Em especial, porque os bolcheviques na Rússia se apresentavam, para a esquerda mundial, como um movimento de volta para uma posição verdadeiramente anti-sistêmica. Os bolcheviques afirmavam que a política de "centralização" dos social-democratas deveria ser descartada. Queriam encabeçar uma sublevação global renovada.

O debate direita-centro a respeito do método de combater as classes perigosas repetia-se. Como o fez no caso dos proletários europeus na primeira metade do século XIX, a direita de novo favorecia a repressão, mas desta feita de modo racista-popular (ou seja, por meio do fascismo). O centro favorecia a reforma recuperadora. O centro foi encarnado por dois líderes sucessivos nos Estados Unidos, Woodrow Wilson e Franklin Delano Roosevelt, que adaptaram as táticas do liberalismo do século XIX ao novo cenário mundial. Woodrow Wilson proclamou o princípio da autodeterminação dos povos. Este princípio foi o equivalente global do sufrágio nacional. Uma pessoa, um voto; um povo, um país soberano. Como no caso do sufrágio, não se pensava em dar tudo a todos imediatamente. Para Wilson, essa foi, mais ou menos, a saída para a desintegração dos impérios derrotados – austro-húngaro, otomano e russo. Não procurou aplicá-lo ao Terceiro Mundo, como é óbvio, pois o mesmo Wilson foi quem interveio no México para vencer Pancho Villa. Contudo, em 1933, com a política do Bom Vizinho,

Roosevelt incluiu, pelo menos na teoria, a América Latina. E na Segunda Guerra Mundial estendeu a doutrina aos impérios oeste-europeus em desintegração, aplicando-a primeiramente à Ásia e mais tarde à África e ao Caribe.

Ademais, quando Roosevelt incluía em suas quatro liberdades a “liberdade da necessidade” (“*freedom of want*”), falava da redistribuição da mais-valia. Mas não foi muito específico. Anos depois, seu sucessor Truman proclamou em seu Discurso Inaugural quatro prioridades nacionais. A única que recordamos foi a que se refere ao célebre ponto quatro, que diz que os Estados Unidos devem “se lançar num programa novo e audaz” de ajuda aos países “subdesenvolvidos”. Começou o que era o equivalente do Estado benfeitor em nível nacional, quer dizer, o desenvolvimento do Terceiro Mundo por meio de um keynesianismo mundial.

Este programa liberal mundial patrocinado pelos Estados Unidos, poder hegemônico, foi também um grande êxito. Suas razões remontam a 1920, ao Congresso de Bakú convocado pelos bolcheviques. No momento em que Lenin e outros viram que era impossível impulsionar o proletariado europeu para uma verdadeira guinada à esquerda, decidiram não esperar Godot. Voltaram-se para o Oriente, para os movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo como aliados para a sobrevivência do regime soviético. As revoluções políticas foram substituídas pelas revoluções antiimperialistas. Porém, com isso aceitaram o essencial da estratégia liberal-wilsoniana. O antiimperialismo foi um vocabulário mais fanfarronado e mais impaciente que a autodeterminação dos povos. Desde esse momento os bolcheviques se transformaram na ala esquerda do liberalismo global. Com a Segunda Guerra Mundial, Stalin não só deu continuidade a esta orientação, como a levou mais adiante. Em Yalta aceitou um papel limitado e consagrado no seio do sistema que os Estados Unidos pensavam criar no período do pós-guerra. E quando nos anos 50 e depois os soviéticos pregavam a “construção socialista” desses países, no fundo utilizavam um vocabulário mais fanfarronado e mais impaciente para o mesmo conceito de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos, defendido pelos Estados Unidos. E quando, na Ásia e na África, uma colônia depois de outra podia obter sua independência, com lutas de uma facilidade variável, foi com o consentimento talvez oculto e prudente, todavia importante, dos Estados Unidos.

Quando digo que a estratégia liberal mundial teve um grande êxito, penso em duas coisas. Primeiro, entre 1945 e 1970, na grande maioria dos países, os movimentos herdeiros dos temas da Velha Esquerda do

século XIX chegaram ao poder utilizando várias etiquetas: comunistas, ao redor da União Soviética; movimentos de libertação nacional, na África e Ásia; social-democratas na Europa Ocidental; populistas na América Latina. Segundo, o resultado do fato de que tantos movimentos da velha esquerda tenham chegado ao poder estatal foi uma euforia debilitadora e, ao mesmo tempo, também a entrada de todos esses movimentos na maquinaria do sistema histórico capitalista. Cessaram de ser anti-sistêmicos e passaram a ser pilares do sistema, sem deixar de garantir uma linguagem esquerdista, desta vez com língua de madeira (*langue de bois*).

Esse êxito, portanto, foi mais frágil do que pensavam os poderosos, e em todo caso não foi tão destacado como a recuperação da classe operária branca-ocidental. Houve duas diferenças fundamentais entre as situações nacionais dos países do Centro e do sistema mundial global. O custo de uma distribuição nacional ampliada da mais-valia aos operários ocidentais não foi expressivo como porcentagem do total *mundial*, e pode ter sido pago em grande parte pelas classes populares do Terceiro Mundo. Uma redistribuição significativa às populações do Terceiro Mundo, pelo contrário, haveria de ser paga necessariamente pelos poderosos, o que limitaria gravemente as possibilidades de acumulação de capital no futuro. Por outra parte, foi impossível utilizar a carta do racismo para integrar os povos de cor no sistema mundial. Se todo mundo era considerado como “nós”, quem iria ser o outro a quem recusar e depreciar? O desprezo racial havia sido um elemento decisivo na construção da lealdade dos operários de sangue privilegiada em suas nações. Porém, desta feita, não existia um Terceiro Mundo.

O ano de 1968 marcou o começo de um desmoronamento rápido de tudo o que os poderosos tinham erigido no sistema mundial com a geocultura liberal depois de 1945. Dois elementos concorriam para isso. A alta fenomenal da economia mundial alcançou seus limites, e íamos entrar na fase B de nosso ciclo Kondratieff atual. Politicamente, havíamos chegado acima dos esforços anti-sistêmicos mundiais – Vietnã, Cuba, o comunismo com face humana da Tchecoslováquia, o movimento do poder negro nos Estados Unidos, os inícios da revolução cultural na China, e tantos outros movimentos não previstos nos anos 50. Isso culminava com as revoluções de 1968, revoluções sobretudo estudantis, mas não exclusivamente, em muitos países.

Não obstante, 1968 deixou duas vítimas feridas e agonizantes: a ideologia liberal e os movimentos da velha esquerda. Para a ideologia liberal, o golpe mais sério foi a perda de seu papel como a única ideologia imaginável da modernidade racional. Entre 1789 e 1848, o libera-

lismo já existia, contudo somente como uma ideologia possível, confrontando um conservadorismo duro e um radicalismo nascente. Entre 1848 e 1968, a meu ver, como acabo de afirmar, o liberalismo chegou a ser geocultura do sistema mundial capitalista. Os conservadores e os socialistas (ou radicais) converteram-se em avatares do liberalismo. Depois de 1968, os conservadores e os radicais retrocederam às suas atitudes anteriores a 1848, negando a validade moral do liberalismo. A velha esquerda, comprometida com o liberalismo, fez esforços valentes para mudar de pele, adotando um verniz da nova esquerda, porém, na verdade, não o logrou. Melhor dizendo, corrompeu os pequenos movimentos da nova esquerda, muito mais do que ela mesma pudesse realmente converter a velha esquerda. Seguiu inevitavelmente o declínio global da velha esquerda.

Ao mesmo tempo, sofríamos os azares de uma fase B de um ciclo Kondratieff. Não é preciso rememorar agora os itinerários com detalhe. Recordemos unicamente dois momentos. Em 1973, a Opep lançou a alta dos preços do petróleo. Observemos as várias conseqüências. Foi uma bonança em renda para os países produtores, incluindo-se, na América Latina, o México, a Venezuela e o Equador. Foi uma bonança para os bancos transnacionais nos quais foi depositada a renda não gasta em seguida. Ajudava, por um certo tempo, os Estados Unidos na sua concorrência com a Europa Ocidental e com o Japão, porque os Estados Unidos eram menos dependentes da importação de petróleo. Foi um desastre para todos os países do Terceiro Mundo e do bloco comunista que não eram produtores de petróleo. Os pressupostos nacionais caíram em déficits dramáticos. Agravaram-se as dificuldades dos países centrais, reduzindo ainda mais a demanda global de seus produtos.

Qual foi o resultado? Houve duas etapas. Primeiro, os bancos transnacionais, com o apoio dos governos centrais, ofereciam energicamente empréstimos aos governos pobres em situações desesperadas, e inclusive aos próprios governos produtores de petróleo. É claro que os governos pobres aceitaram esse salva-vidas para manterem-se contra a ameaça dos tumultos populares, e os governos produtores de petróleo se aproveitaram da oportunidade para "se desenvolverem" rapidamente. Ao mesmo tempo, esses empréstimos reduziram os problemas econômicos dos países centrais, aumentando a possibilidade de vender seus produtos no mercado mundial.

A única pequena dificuldade com essa bela solução era que devia reembolsar os empréstimos. Em uns anos, o juro composto das dívidas alcançou uma porcentagem enorme dos orçamentos anuais dos países devedores. Foi impossível controlar essa evasão galopante dos recursos

nacionais. A Polônia deve sua crise de 1980 a este problema. E em 1982 o México anunciou que não podia continuar pagando suas contas como antes. Tal crise da dívida perdurou na imprensa alguns anos, mas logo ela a esqueceu. Para os países endividados, no entanto, a crise persiste, não somente como uma carga orçamentária, senão também como um castigo decorrente das exigências draconianas impostas a esses países pelo FMI. Houve uma queda no nível de vida em tais países, principalmente nos estratos mais pobres, que compreendem de 85% a 95% das suas populações.

Vinham à baila os dilemas de uma economia mundial em estancamento. Se não era possível atenuar mais esse estancamento mundial com os empréstimos dos países pobres, era necessário encontrar, nos anos 80, outros expedientes. O mundo financeiro-político inventou dois. Um novo prestador se apresentou: os Estados Unidos que, com Reagan, praticavam uma política keynesiana oculta. Como o sabemos, a política Reagan sustentou certas grandes empresas norte-americanas e limitou o desemprego, mas acentuou a polarização interna. Assim, ajudou a manter a renda na Europa Ocidental e no Japão. Todavia, evidentemente, o mesmo problema iria aparecer. O juro sobre a dívida começou a se tornar demasiado pesado. Novamente sobreveio uma crise de dívida nacional. Os Estados Unidos passaram a viver uma situação tão desconcertante que, afora desempenhar o papel de líder militar do mundo na Guerra do Golfo em 1991, foi preciso que o Japão, a Alemanha, a Arábia Saudita e o Kuwait pagassem o essencial dos gastos. *Sic transit gloria!*

A fim de impedir um pouco um ocaso precipitado que estava em marcha, os Estados Unidos recorreram às soluções do FMI, inflingindo-se seu próprio castigo. Denomina-se "O Contrato para a América". Exatamente como insiste o FMI para os países pobres, os Estados Unidos estão reduzindo o nível de vida dos pobres, sem prejuízo de manter, inclusive aumentar, as possibilidades de acumulação para a minoria da população.

O segundo expediente resultou do fato de que um aspecto fundamental de toda a fase B dos ciclos Kondratieff é a dificuldade acentuada de obter grandes lucros no setor produtivo. Ou, para ser mais preciso, a fase B se caracteriza, se explica, pela restrição do lucro, isso não chega a ser um obstáculo para um grande capitalista. Se não há uma margem suficiente de lucro na produção, volta-se para o setor financeiro a fim de extrair juros da especulação. Nas decisões econômicas dos anos 80, vemos que isto se traduzia no fenômeno do súbito controle (*take over*) de grandes corporações por meio dos chamados

junk bonds ou bônus ilícitos. Visto de fora, o que sucede é que as grandes corporações estão se endividando, com a mesma consequência, no curto prazo, para a economia mundial, uma injeção de atividade econômica que constitui uma luta contra o estancamento. Porém, lutam com as mesmas limitações. Devem pagar as dívidas. Quando isso se mostra impossível, a empresa entra em bancarota ou num "FMI privado", que lhe impõe reestruturação, ou seja, a dispensa de empregados. O que ocorre muitíssimo em nossos dias.

Desses acontecimentos tristes, quase indecentes, dos anos 1970-1995, que conclusões políticas têm tirado as massas populares? Parece-me óbvio. A primeira conclusão que têm tirado é que a perspectiva de reformas graduais que permitiriam a eliminação do fosso rico-pobre, desenvolvido-subdesenvolvido, não é possível na situação atual e que todos que a tinham afirmado foram mentirosos e manipuladores. Mas quem foram eles? Antes de tudo, foram os movimentos da velha esquerda.

A revolução de 1968 sacudiu a fé no reformismo, incluindo-se o reformismo a que se chamava de revolucionário. Os 25 anos posteriores de eliminação dos ganhos econômicos dos anos 1945-1970 destruíram as ilusões que ainda persistiam. Num país após outro, o povo deu um voto de não-confiança aos movimentos herdeiros da velha esquerda, seja populista, seja de libertação nacional, seja social-democrata, seja leninista. A derrocada dos comunismos em 1989 foi o término da revolução de 1968, a queda dos movimentos que pretendiam ser os mais fortes e os mais militantes. Sua perda de apoio popular foi ultradramática e, para muitas pessoas, até evidentemente para muitos intelectuais das Américas, foi um desarranjo de toda uma vida mental e espiritual.

Os coiotes do capitalismo têm gritado vitória. Mas os defensores mais sofisticados do sistema atual sabiam melhor. A derrota do leninismo, e é uma derrota definitiva, é uma catástrofe para os poderosos. Eliminou o último e melhor escudo político, sua única garantia, como foi o fato de as massas acreditarem na certeza do êxito do reformismo. E, em consequência, essas massas não estão mais dispostas agora a ser tão pacientes como no passado. A queda dos comunismos é um fenômeno muito radicalizante para o sistema. O que ruiu em 1989 foi precisamente a ideologia liberal.

O que proporcionava o liberalismo às classes perigosas foi sobretudo a esperança, ou melhor, a certeza do progresso. Foi uma esperança muito materialista, todos terão finalmente uma qualidade de vida confortável e saudável, uma educação, uma posição honrosa para si mesmos e seus descendentes. Foi prometido, se não para hoje, para

um futuro próximo. A esperança justificava a demora, com a condição de que haveria certas reformas governamentais visíveis, bem como alguma atividade militante visível por parte dos que esperavam. Enquanto isso, os pobres trabalharam, votaram e serviram nos exércitos. Quer dizer, fizeram funcionar o sistema capitalista.

Todavia, se deviam perder esta esperança, que fariam as classes perigosas? Sabemo-lo, porque o vivemos atualmente. Renunciam à sua fé nos Estados, não unicamente no Estado nas mãos dos "outros", senão em todo Estado. Chegam a ser muito cínicos no que concerne aos políticos, aos burocratas e também a respeito dos chamados líderes revolucionários. Começam a abraçar um antiestatismo radical. É pouco menos que querer fazer desaparecer os Estados que não dão nenhuma confiança. Podemos ver esta atitude ao largo do mundo – no Terceiro Mundo, no mundo ex-socialista –, assim como também nos países centrais. Nos Estados Unidos o mesmo que no México!

Estão contentes as pessoas ordinárias com esta nova postura? Tampouco. Pelo contrário, têm muito medo. Os Estados Unidos foram sem dúvida opressivos, desconfiados, mas foram também, ao mesmo tempo, fontes de segurança cotidiana. Na ausência de fé nos Estados, quem garantirá a vida e a propriedade pessoal? Chega a ser necessário retornar ao sistema pré-moderno: devemos prover nossa própria segurança. Funcionamos como a polícia, o arrecadador de impostos e o mestre escolar. Além do mais, porque é difícil assumir todas essas tarefas, nos submetemos a "grupos" construídos de múltiplas maneiras e com várias etiquetas. O novo não é que esses grupos se organizem, senão que comecem a assumir as funções que outrora pertenciam à esfera estatal. E, ao fazer isso, as populações estão menos e menos prontas a aceitar o que os governos lhes impõem para essas atividades. Depois de cinco séculos de fortalecimento das estruturas estatais, no seio de um sistema interestatal também em fortalecimento contínuo, vivemos presentemente a grande retração do papel dos Estados e necessariamente, portanto, também do papel do sistema interestatal. Não é algo menor. É um terremoto no sistema histórico do qual somos participantes. Esses grupos aos quais nos submetemos representam uma coisa muito distinta das nações que construímos nos séculos passados. Os membros não são "cidadãos", porque as fronteiras dos grupos não são definidas juridicamente senão miticamente, não para incluir, mas para rechaçar. Isso é bom ou mau? E para quem? Do ponto de vista dos poderosos, é um fenômeno muito volátil. Do ponto de vista de uma direita ressuscitada, é a possibilidade de erradicar o Estado benfeitor e permitir o florescimento dos egoísmos de curta

duração (*après moi le déluge!*). Do ponto de vista das classes oprimidas, é uma espada de duplo corte e tampouco estão seguras se deveriam lutar contra a direita porque suas proposições lhes ocasionavam danos imediatos graves, ou apoiar a destruição de um Estado que os tem dispensado.

Penso que o colapso da fé popular na inevitabilidade de uma transformação igualizante é o mais sério golpe para os defensores do sistema atual, porém, seguramente não é o único. O sistema mundial capitalista está desagregando-se por causa de um conjunto de vetores. Poderíamos dizer que essa desagregação é muito sobredeterminada. Discutirei brevemente alguns desses vetores inquietantes para o funcionamento do sistema mundial. Antes de fazê-lo, devo dizer que não se apresenta como um problema de tecnologia. Alguns sustentam que o processo contínuo de mecanização da produção resultará na eliminação de empregos possíveis. Não creio. Podemos contudo inventar outras tarefas para a força de trabalho. Outros declaram que a revolução informática acarretará um processo de globalização que torna caduco o papel dos Estados. Não creio, tampouco, porque a globalidade tem sido elemento fundamental da economia mundial capitalista desde o século XVI. Não é nada novo. Se esses têm sido os únicos problemas dos capitalistas no século XX, estou seguro de que se poderia fazer necessário a fim de manter o impulso da acumulação incessante de capital. Há coisas piores.

Primeiro, para os empresários há dois dilemas que são quase impossíveis de resolver: a desruralização do mundo e a crise ecológica. Os dois são bons exemplos de processos que vão de zero a 100% e quando chegam perto da assíntota perdem valor como mecanismo de ajuste. Isso constitui a fase última de uma contradição interna. Como o mundo moderno se desruralizou progressivamente? Uma explicação tradicional é que a industrialização exige a urbanização. Mas não é verdade. Entretanto, há indústrias localizadas em regiões rurais, e temos notado a oscilação cíclica entre a concentração e a dispersão geográfica da indústria mundial. A explicação é diferente. Cada vez que há estancamento cíclico na economia mundial, um dos seus resultados é uma menor mobilização do proletariado urbano contra o declínio de seu poder de compra. Cria-se, assim, uma tensão a que os capitalistas resistem por suposto. Não obstante, a organização operária cresce e começa a ser perigosa. Ao mesmo tempo, as reorganizações empresariais alcançam um momento em que poderiam relançar a economia mundial sobre a base de novos produtos monopolizados. Porém, falta um elemento: a demanda global suficiente.

Diante disso, a solução é clássica: aumentar a renda do proletariado, sobretudo dos operários qualificados, e inclusive facilitar para alguns o ingresso nessas categorias. Com um mesmo golpe, resolvem-se os problemas da tensão política e da falta de demanda suficiente. Há, contudo, uma contrapartida. A porcentagem de mais-valia que corresponde aos proprietários tem diminuído. Para compensar essa queda de mais-valia relativa, de novo existe uma solução clássica: transferir alguns setores de atividade econômica que não são muito rentáveis para zonas onde há uma população rural importante, uma parte poderia ser atraída para novas localidades urbanas de produção, por salários que representassem para eles um incremento de suas rendas familiares, mas que no cenário mundial representam custos de trabalho industrial mínimos. Com efeito, a fim de resolver as dificuldades recorrentes dos estancamentos cíclicos, os capitalistas fomentam uma desruralização parcial do mundo. Mas, e se não há mais população para desruralizar? Hoje nos aproximamos desta situação. As populações rurais, já não muito fortes na própria Europa, estão desaparecendo inteiramente de muitas regiões do mundo e decrescem em toda parte. Provavelmente são menos de 50% mundialmente hoje, e dentro de 25 anos essa cifra deverá cair para menos de 25%. A consequência é clara. Não haverá novas populações de baixa renda para compensar os salários mais elevados dos setores proletarizados anteriormente. Portanto, o custo do trabalho aumentará mundialmente, sem que os capitalistas possam evitá-lo.

O mesmo sucede com a ecologia. Por que existe hoje uma crise ecológica? Não é complicado explicá-la. A fim de maximizar os lucros, há dois recursos principais para um capitalista: não pagar demasiado aos operários e não pagar demasiado pelo processo de produção. Como fazer isso? De novo é óbvio: fazê-lo pagar em grande parte por "outros". Chama-se a isto de "externalização de custos". Há dois métodos principais de externalizar custos. Um é esperar que o Estado pague pela infra-estrutura necessária à produção e à venda dos produtos. A desagregação dos Estados representa uma ameaça aguda para isso. Contudo, o segundo e mais importante método é não pagar os ditos custos ecológicos: por exemplo, não replantar os bosques cortados ou não pagar pela limpeza de resíduos tóxicos.

Enquanto existiam outros bosques, ou zonas ainda não utilizadas, logo não intoxicadas, o mundo e os capitalistas podiam ignorar as consequências. No entanto, hoje tocam os limites da externalização de custos. Não há muito mais bosques. Os efeitos negativos de uma intoxicação excessivamente aumentada da terra implicam repercussões

sérias e múltiplas que nos anunciam os cientistas habituais. Por isso têm surgido movimentos verdes. Do ponto de vista global há unicamente duas soluções: fazer os capitalistas pagarem os custos ou aumentar os impostos. Esta última, entretanto, é pouco provável, dadas as tendências a reduzir o desempenho dos Estados. E a primeira implica uma redução séria nos lucros dos capitalistas.

Há outros vetores que representam dilemas não para os empresários, mas para os Estados. Primeiro, a polarização socioeconômica cada dia mais aguda do mundo corre paralela com a polarização demográfica do mundo. Verifica-se, de fato, uma transformação demográfica em curso há duzentos anos pelo menos, e agora mesmo toca pela primeira vez a África, que no período posterior a 1945 tinha a taxa de crescimento mais alta do mundo. Ainda que as taxas em geral baixem, o fosso entre o Norte – onde as taxas são menos preocupantes – e o Terceiro Mundo, onde ainda são altas, continua dilatando-se. Se houver recuperação da economia mundial no primeiro quarto do século XXI, o fosso econômico agravar-se-á, porque a recuperação será fortemente desigual.

A conseqüência é fácil de prever. Acontecerá um forte incremento da migração Sul-Norte, legal ou ilegalmente, não importa. Não há mecanismos possíveis para impedi-lo ou mesmo limitá-lo seriamente. As pessoas que querem vir ao Norte são recrutadas entre os mais capazes do Terceiro Mundo e estão determinadas a fazê-lo. Haverá muitos empregos insuficientemente pagos para elas. Em conseqüência, haverá uma oposição política xenófoba contra elas, mas que não bastará para fechar as portas.

Se ao mesmo tempo o desempenho dos Estados diminui (e isto servirá também para permitir o aumento do número de migrantes) a integração econômica desses imigrantes será limitada. Se a oposição política não logra conter a entrada, provavelmente logrará limitar os direitos políticos e sociais dos imigrantes. Nesse caso, prevejo o seguinte: o número verdadeiro de imigrantes “sulinos” e seus descendentes imediatos nos países do Norte será entre 10% e 35% da população, se não mais. E isso não só na América do Norte e na Europa Ocidental, mas também no Japão. Ao mesmo tempo, esses 10% a 35% da população – mais jovem, muito mais pobre, e localizada em bairros urbanos segregados de fato – serão uma população trabalhadora sem direitos políticos e sociais. Retornaremos às situações da Grã-Bretanha e da França da primeira metade do século XIX, aquela de proletários que são classes perigosas. Assim se desfazem duzentos anos de recuperação liberal e desta vez sem possibilidade de repetir o guia. Pre-

vejo que as zonas de conflito social, as mais intensas no século XXI, não serão as Somálias e as Bósnias, mas as França e os Estados Unidos. As estruturas estatais já debilitadas sobreviverão a esse tipo de guerra civil?

Se não bastasse isso, existe o problema da democratização. Problema, digo eu? Sim, problema! A democratização não é uma mera questão de partidos múltiplos, sufrágio universal e eleições livres. A democratização é uma questão de acesso igual às verdadeiras decisões políticas e a uma qualidade de vida e a uma seguridade social razoáveis. A democracia não pode coexistir com uma grande polarização socioeconômica, nem na esfera nacional nem na mundial. Não obstante, existe uma onda de sentimento democratizador que se fortalece enormemente nos dias que correm. Como ela se traduz? A imprensa e os últimos arautos do liberalismo anunciam que a democratização se mostra na queda de várias ditaduras por todo o mundo. Sem dúvida, esse processo representa um esforço para democratizar esses países. Porém, estou um pouco descrente do êxito efetivo dessas mudanças. O mais interessante é a pressão contínua, não unicamente no Sul, mas até de modo mais forte nos países do Norte, para aumentar os gastos com saúde, educação e a vida dos atrasados. Mas essa pressão agudiza, e muito, os dilemas fiscais dos Estados. A onda de democratização será o último cravo no caixão (*nail in the coffin*) do Estado liberal. Vejamos o que se passa nestes dias nos Estados Unidos.

Por todos esses motivos, o período atual, os próximos trinta a quarenta anos, será o momento da desintegração do sistema histórico capitalista. Não será um momento agradável de viver. Será um período negro, cheio de inseguranças pessoais, incertezas quanto ao futuro e ódios vigorosos. Ao mesmo tempo, será um período de transição massiva para algum outro sistema (ou sistemas) novo(s). Ao dizer isso, sem dúvida perguntarão vocês: por que lhes é dito que lhes trago uma mensagem de esperança?

Falamos de uma situação de bifurcação muito clássica. As perturbações crescem em todas as direções. Estão fora de controle. Tudo parece caótico. Não podemos, nada pode, prever o que resultará. Mas não quer dizer que não possamos ter um efeito no tipo da nova ordem que será construída. Ao contrário. Numa situação de bifurcação sistêmica toda ação pequena tem conseqüências enormes. O todo se constrói de coisas infinitesimais. Os poderosos do mundo bem sabem disso. Preparam de várias maneiras a construção de um mundo pós-capitalista, uma nova forma de sistema histórico desigual a fim de manter seus privilégios. O desafio para nós, sociólogos e outros inte-

lectuais e para todas as pessoas após um sistema democrático e igualitário (os dois adjetivos têm idêntico significado), é nos mostrarmos tão imaginativos como os poderosos e tão audazes, porém com a diferença de que devemos viver novas crenças na democracia igualitária, o que não faziam nunca (ou raramente) os movimentos da velha esquerda. Como fazê-lo? É isso que devemos discutir hoje, amanhã e depois de amanhã. É possível fazê-lo, mas não existe uma certeza a esse respeito. A história não garante nada. O único progresso que existe é aquele pelo qual lutamos com, recordemo-lo, grandes probabilidades de perder. *Hic Rodhus, hic salta*. A esperança reside, agora como sempre, em nossa inteligência e em uma vontade coletiva.